

- Editorias
- Publicidade
- [Almanaque](#)
- [Cidades](#)
- [Economia](#)
- [Esportes](#)
- [Mundo](#)
- [País](#)
- [Polícia](#)
- [Política](#)
- [Colunistas](#)
- [oestadodoparana](#)

- Patrocínio
- Canais
- [Automóveis](#)
- [Ciência e Tecnologia](#)
- [Dia da Água](#)
- [Direito e Justiça](#)
- [Downloads](#)
- [Namoro Online](#)
- [Pós-Graduação](#)
- [Viagem e Turismo](#)
- [Vida e Saúde](#)

- Divulgação
- CONTEÚDO ESPORTIVO, NOTÍCIAS DO DIA-A-DIA E MUITAS VANTAGENS.**
- Comércio Eletrônico
- [Classificados](#)
- [Como anunciar?](#)
- [Veículos](#)
- [Imóveis](#)
- [Empregos](#)
- [Diversos](#)
- [Shopping](#)
- [Adega Curitiba](#)
- [Lojas KD Móveis](#)
- [Menu Especial](#)
- [Saraiva](#)
- [Sépha Perfumaria](#)
- [Walmart](#)

[Charge do Dia](#)

Economia / Colunistas / Direito do Contribuinte



Imprimir RSS Enviar para amigo Corrigir

12/04/2011 às 11:50:53 - Atualizado em 12/04/2011 às 11:51:45

# PERGUNTA: CNJ, STF E STJ DEVEM SER RESPONSÁVEIS PELO RESPEITO AS LEIS OU DEVEM SER GUARDIÕES DE INFRATORES?

Nos últimos dias, por meio de decisões e manifestações dos mais importantes membros do CNJ, STF e STJ, ficou comprovada a preocupante tendência do Poder Judiciário em permitir interpretações permissivas da lei, de modo que os direitos dos indivíduos e empresas sejam vistos e julgados com menor eficácia do que os interesses de Estado ou de grandes empresas nacionais.

A democracia, regime alicerçado no direito de livre escolher, votar e eleger os representantes do povo, é a forma pela qual se protegem os interesses da coletividade, segundo um sentimento da maioria. A lei, por sua vez, elaborada pelos representantes eleitos no processo democrático, possui propósito mais específico, pois visa proteger os interesses individuais e das minorias contra a força dos mais poderosos e do próprio Estado.

Estes são ideais consagrados desde a Revolução Francesa, em que: "Nem reis, nem o Estado, são isentos de responder por quaisquer violações aos direitos dos indivíduos.

Ministros, Desembargadores e Juizes, além dos membros do Ministério Público Federal e Estadual, não possuem autorização constitucional para "relativizar". Indisponivelmente, cabe-lhes fiscalizar e fazer cumprir o disposto objetivamente na lei. Por isto que ao Poder Judiciário a constituição assegura total independência em relação aos Poderes Executivo e Legislativo. Diferente disto o Poder Judiciário seria mero co-autor e cúmplice de outros poderes, afastando o sentimento de segurança que é obrigado a devolver à sociedade organizada.

## Perfil de Édison de Siqueira

Presidente da Édison Freitas de Siqueira Advogados Associados  
 Presidente do IEDC- Instituto de Estudos dos Direitos do Contribuinte  
 Consultor Jurídico Permanente da Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte  
 Cônsul da República da Sérvia.

[Veja o arquivo de postagens](#)

Publicidade

## Vitrine de ofertas

- |  |   |
|--|---|
| <p><b>Lojas KD</b></p> <p> Colchão Master D45 Bordado 16 X 88 X...<br/>ou 12x de R\$ 24,53 sem juros</p> | <p><b>Sépha</b></p> <p> Deep Red Edp 50ml Feminino - Hugo Boss<br/>ou 6x de R\$ 26,50 sem juros</p> |
| <p><b>Saraiva</b></p> <p> Computador Kv4 4500 Lsb Amd X4, 4gb<br/>12x de R\$ 108,25</p>                  | <p><b>Walmart</b></p> <p> Refrigerador 2 Portas 433L Inox Brastemp<br/>12x de R\$ 224,92</p>        |
| <p><b>Walmart</b></p> <p> Computador PC AMD Athlon II X3 400e<br/>12x de R\$ 108,17</p>                  | <p><b>Saraiva</b></p> <p> Hd Externo Seagate<br/>8x de R\$ 37,38</p>                                |
| <p><b>Menu Especial</b></p> <p> Kit Veuve Du Vernay Demi Sec Branco - R\$ 186,00</p>                     | <p><b>Lojas KD</b></p> <p> Cadeira 142 8 Peças 8 Peças - Carraro ou 12x de R\$ 88,47 sem juros</p>  |



## Mais Charges

Outros

Anuncie no Portal

Atas e Editais

Assine a Tribuna

Cartão do Assinante

Blog da Mídia

Cadastre-se

Celular

Fale conosco

Gráfica GPP

Newsletter

Parceiros

Promoção

Publicações Legais

RSS

Termos de Uso

Trabalhe Conosco

Twitter



A relativização das decisões judiciais tem afetado sobremaneira toda sociedade brasileira.

Não por outra razão que nossos jovens sonham em sair do país e nossos empresários vendem suas empresas para investir em países onde haja maior estabilidade e segurança jurídica.

Prova desta deformação institucional, é o relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça na última semana do mês de março, onde o Dr. Fernando Marcondes, Secretário Geral do CNJ, trouxe a público um relatório assustador. Nele estão relacionados levantamentos que comprovam que o Governo Brasileiro (o Estado), representado por suas autoridades, pelas empresas privadas que controla direta ou indiretamente, ao lado de instituições governamentais e dos poderosos Bancos, são os maiores réus das ações judiciais em trâmite no país, o que os torna responsáveis, por conseguinte, pela existência dos milhões de processos que congestionam e prejudicam o trabalho dos tribunais.

O CNJ foi ainda mais contundente quando apontou que do total das ações judiciais existentes, 51% envolvem o Estado, comprovando que as autoridades governamentais, pela pouca eficácia que as decisões do Poder Judiciário encontra, estão estimulados a descumprir leis e violar direitos de forma impune. Outro dado assustador apresentado no relatório é o que atestou que ao lado do Governo, são os poderosos Bancos Brasileiros responsáveis por 38% do total das ações sob cuidado do Poder Judiciário. Ou seja, o Governo e os Bancos obrigam que 89% dos Ministros, Desembargadores, Juízes, Promotores e funcionários do Poder Judiciário, trabalhem quase que exclusivamente para eles, em prejuízo e contra os interesse do restante da população e das empresas brasileiras.

Não se justifica que o Poder Judiciário, por meio de decisões do STF e STJ, edite ou reforme súmulas e decisões judiciais, que acabam por favorecer os maiores violadores das leis e dos direitos individuais.

Exemplos: (1) A Ministra Corregedora Eliana Calmon, importante membro do CNJ e do STJ, tem relativizado a lei com seus votos e decisões monocráticas que tornam legítima a absurda prática de condenar pessoas, empresas e agora advogados, que interponham recursos judiciais previstos na lei, quando em quase 99% dos casos, a defesa interposta é contra Governos e Bancos, os mesmos que são os maiores infratores da legislação brasileira.

(2) No STF, na primeira semana de abril, três dos seus mais eminentes ministros, Drs. Carlos Ayres Britto, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandovski, defenderam em seus votos - favorecendo ao governo, maior cliente do Poder Judiciário- a tese de que até as decisões de última instância transitadas em julgado podem ser revista e "relativizadas". A lei vale pelo que nela está expresso.

(3) A "relativização" da vontade da lei, quando acontece, serve até para que

Rádio Ao Vivo



Publicidade

## Colunistas

[Lista completa](#)



**Minhas Economias**

Quanto você deveria ter economizado aos 30 anos de idade? Parte 1

juizes soltem presos condenados aos milhares, ao invés de darem eficácia a suas decisões para obrigar as autoridades públicas a construírem os presídios e albergues necessários para manter os criminosos longe do convívio de suas vítimas .

É imoral, inconstitucional e até temerário, aceitar o argumento de que o governo e os bancos tudo podem fazer.

- Deus proteja nossos Ministros, Desembargadores e Juizes!

Édison Freitas de Siqueira

Presidente do Instituto de Estudos dos Direitos dos Contribuintes

efs\_artigos@edisonsiqueira.com.br

www.edisonsiqueira.com.br

 Imprimir  RSS  Enviar para amigo  Corrigir

Você precisa estar [logado](#) para comentar, caso não tenha cadastro, clique em [registrar](#).

## Vitrine de ofertas

### Lojas KD



Rack Puma -  
Fiasini  
ou 12x de R\$ 23,69  
sem juros no cartão

### Saraiva



Cartucho Tinta  
Hp 57 Tricolor  
1x de R\$ 89,90

### Sépha



Prancha  
Titanium 450 -  
Taiff  
ou 6x de R\$ 51,67  
sem juros no cartão

### Walmart



Ar Condicionado  
Janela 7.500  
Btus  
12x de R\$ 91,50

### Menu Especial



Vinho Branco  
Sul-Africano  
Nederburg  
R\$ 197,56

### Walmart



Hot Wheels Drag  
S. Demons 69  
Dodge  
1x de R\$ 19,90

[+ ofertas](#)

## Últimas postagens

12/04/2011 às 11:50:53 - Atualizado em 12/04/2011 às 11:51:45

PERGUNTA: CNJ, STF E STJ DEVEM SER RESPONSÁVEIS PELO RESPEITO AS LEIS OU DEVEM SER GUARDIÕES DE INFRATORES?

30/03/2011 às 15:00:05 - Atualizado em 30/03/2011 às 15:01:30

POLÍTICA FISCAL DO "TOMA - LÁ - DA - CÁ" AMEAÇA À ECONOMIA BRASILEIRA

21/03/2011 às 18:20:37 - Atualizado em 21/03/2011 às 18:16:13

Receita aperta o cerco na cobrança do REFIS DA CRISE

16/03/2011 às 11:48:52 - Atualizado em 16/03/2011 às 11:44:34

Brasil: Um Caso Onde as Leis Trabalhistas Prejudicam os Empregados

21/02/2011 às 14:04:12 - Atualizado em 21/02/2011 às 14:00:24

Um Ministro e uma Justiça do Trabalho da Década de 1950 – Ninguém Merece!